

Dossiê - Dossier

Homenagem a Ruth Monserrat

Tribute to Ruth Monserrat

organizado por / organized by

Ana Suelly Arruda Câmara Cabral

Jorge Domingues Lopes

Lucas Barbosa de Melo

Lucivaldo Silva da Costa

Maria Cristina Macedo Alencar

Quélvia Souza Tavares

Sanderson C. Soares de Oliveira



Linguística e educação indígena com muito amor – Histórico da educação escolar indígena no Brasil, a partir de Roraima

**Linguistics and indigenous education with a lot of love –
History of indigenous school education in Brazil,
starting in Roraima**

Loretta Emiri¹
ORCID: 0009-0007-1839-9565

DOI: 10.26512/rbla.v16i1.56735

Recebido em setembro/2024 e aceito em outubro/2024.

Resumo

Trata-se da reconstrução da história da educação escolar indígena no Brasil a partir do Estado de Roraima e da experiência desenvolvida por Loretta Emiri através de várias instituições, entre as quais a Diocese de Roraima, a Secretaria de Educação do Estado de Roraima, o Conselho Indigenista Missionário, o Centro de Documentação e Informação, a Operação Anchieta. Palavras-chave: Alfabetização; Educação; Indígenas; Yanomami; Conscientização.

Riepilogo

Si tratta della ricostruzione della storia dell'educazione scolastica indigena in Brasile a partire dallo Stato di Roraima e dell'esperienza svolta da Loretta Emiri attraverso varie istituzioni, tra cui la Diocesi di Roraima, il Segretariato dell'Educazione dello Stato di Roraima, il Consiglio Indigenista Missionario, il Centro de Documentazione e Informazione, l'Operazione Anchieta.

Parole chiave: Alfabetizzazione; Educazione; Indigeni; Yanomami; Sensibilizzazione.

¹ Indigenista, escritora. E-mail: lorettaemiri47@gmail.com

Quando me convidaram para escrever um texto em homenagem a Ruth Monserrat fiquei muito contente, porque falar dela significa repensar alguns anos comprometidos e felizes da minha vida. Ao mesmo tempo me assustei, porque no convite está escrito que o dossiê a ela dedicado visa reconstruir a história da linguística e da educação escolar indígena no Brasil. Deixei passar um tempão antes de encarar a página branca, porque não sabia decidir que forma dar aos conteúdos que trataria. Escrever um ensaio bem formal? Ou deixar aflorar reflexões e ações através de uma linguagem literária cadenciada por paixões e amizades profundas? Escolhi a segunda opção, bem como a Ruth faria. Além da história, neste texto vou resgatar a paixão que movia os indigenistas, e também as amizades que os ajudavam a percorrer o não fácil caminho traçado por suas escolhas de vida.

Cheguei na Amazônia brasileira em novembro de 1977, graças à intermediação do Instituto Missões Consolata, congregação religiosa masculina italiana, expressão da igreja católica. Como o Brasil estava sendo assolado pela ditadura militar, eu não teria tido outros caminhos a percorrer para alcançar os yanomami. Na época, na então Prelazia de Roraima, só tinha missionários italianos, inclusive o primeiro bispo foi um padre piemontês do Instituto da Consolata, portanto, foram eles a moldar a política da igreja católica local. Bem no começo da minha aventura existencial eu era identificada como missionária leiga, sentindo até orgulho por esta definição. Passando a morar na Missão Catrimâni, edificada na área do *Wakathau*, em território indígena, me confrontando com a vida, verdades e crenças dos yanomami e a rotina dos missionários, bastante rapidamente rejeitei o termo “missionária” passando a me definir “voluntária” ou “indigenista”.

Logo na chegada à Missão Catrimâni um colega me doou alguns livros de Paulo Freire. A filosofia encarnada pelo grande educador me fascinou ao ponto que passou a influenciar toda a minha vida, não apenas as atividades educacionais que daí para frente eu desenvolvi. Influenciou tantos outros voluntários ligados à Igreja católica, os quais também aplicaram o método dele à educação escolar indígena. Com base na filosofia de Freire comecei a estudar, com respeito e curiosidade, a nova realidade em cujo contexto eu estava tendo o privilégio de viver; uma realidade plasmada pela luxuriante floresta e pela singular sociedade yanomami. Embora morando na mata, eu acompanhava a conjuntura nacional relativa à questão indígena. Em 1978 instaurou-se em todo o Brasil o estimulante debate em torno da tramitação do projeto governamental chamado de “emancipação”. A legislação da época falava de “tutela” dos indígenas por parte do Estado, tutela que devia servir para orientá-los e protegê-los nas relações com a sociedade envolvente. Os promotores do projeto de emancipação diziam que, injustamente considerados incapazes, com a nova lei os indígenas alcançariam o *status*

social dos outros cidadãos. Emancipando compulsoriamente os indígenas, se aprovada, na realidade a lei os privaria de seus direitos territoriais. Os indígenas e seus aliados (advogados, antropólogos, linguistas, indigenistas e missionários católicos, sobretudo leigos) desmascararam o discurso oficial e denunciaram que era uma falsa emancipação: transformar os membros de sociedades indígenas em indivíduos obviamente marginalizados e explorados no seio da sociedade nacional, significava eles perderem os direitos sobre os territórios tradicionalmente ocupados por seus povos. A grande mobilização que houve em torno desse tema deu vida ao movimento indígena e indigenista brasileiro. De 10 a 15 de dezembro de 1979 realizou-se em São Paulo o I Encontro Nacional de Trabalho sobre Educação Indígena. Promovido pela CPI/SP – Comissão Pró-Índio de São Paulo, reuniu professores de diversas áreas indígenas do País. Os trabalhos contaram com a assessoria científica de linguistas, antropólogos, sociólogos, médicos e juristas. No evento estiveram representados os mais significativos grupos de apoio ligados à causa indígena. Começaram a surgir novas concepções, segundo as quais a alfabetização devia servir para conhecer a sociedade dos brancos, se defender de suas frentes de expansão, exigir a demarcação das terras. O domínio da escrita começou a ser visto como instrumento de conscientização e defesa de direitos.

Maneiras diferentes de encarar a problemática e, consequentemente, métodos diferentes de trabalho, determinaram uma divisão entre os membros da equipe da Missão Catrimâni. Por ser leiga e mulher, quer dizer, por eu ocupar a posição mais vulnerável dentro da equipe, numa noite aterradora o bispo me comunicou que ao amanhecer eu seria removida; ou seja, de um dia para o outro fui cristãmente expulsa da missão. O então coordenador do CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação, Carlos Alberto Ricardo, carinhosamente chamado Beto, ficou sabendo do acontecido. De São Paulo ele ligou algumas vezes para mim em Boa Vista, apontando para a necessidade de eu participar de um encontro que aconteceria em breve no Mato Grosso. A preocupação dele era que o meu desespero pudesse determinar a decisão de me mandar de volta para a Itália. Se isso tivesse acontecido teria se perdido a pesquisa linguística por mim desenvolvida, bem como as experiências de alfabetização de adultos yanomami na língua materna. Na atitude do Beto enxerguei também carinho e consideração para comigo, assim que uma luzinha tremulante se infiltrou nas trevas que envolviam o meu espírito. Embora tenha sido em nível meramente pessoal, participei do I Encontro de Educação Indígena que a OPAN, na época Operação Anchieta, organizou em Fátima de São Lourenço (MT) de 11 a 17 de fevereiro de 1982. Foi nesta ocasião que conheci a linguista Ruth Maria Fonini Monserrat, uma mulher simpática, alegre, exuberante, extrovertida

que, com sua transbordante personalidade, conquistou todo mundo. Conheci também a irmã Elizabeth Aracy Rondon Amarante, que morreu em março de 2024 após quarenta e cinco anos de incansável dedicação ao povo *Mŷky*. Este encontro de educação foi o primeiro de quatro que se sucederam a cada dois anos até 1988; eu, Ruth e Beth tivemos a sorte de participar de todos.

Enfatizando os aspectos mais relevantes, durante o encontro eu apresentei a minha experiência. Graças ao trabalho do linguista ítalo-americano Ernesto Migliazza, na época sabíamos que à família yanomami pertenciam quatro línguas, cada uma com dialetos. Contando com a assessoria do linguista Casimiro Beksta eu estudei e codifiquei o dialeto dos *Wakathautheri*, pertencente à língua *Yānomamè*. Padre Casimiro ministrou dois cursos na Missão Catrimâni: Curso de Introdução à Língua *Yānomamè*, de 01/12/1978 a 08/01/1979; Curso de Exercícios Linguísticos na Língua *Yānomamè*, de 08 a 30/09/1979. As experiências de alfabetização foram feitas com adultos, pois a escola fazia parte de um plano mais amplo chamado Educação Global ou Plano de Conscientização, que visava informar os yanomami sobre o que estava acontecendo em volta deles, preparando-os para enfrentar, organizados, o impacto com a invasora sociedade envolvente. A alfabetização se deu na língua materna, pois era isso que os especialistas aconselhavam: eles afirmavam que a língua é o instrumento que salvaguarda o inteiro patrimônio cultural das etnias, portanto, e também por razões técnicas, ela devia acontecer na língua materna. Com base nesses pressupostos, eu e muitos indigenistas nos tornamos pesquisadores das línguas dos povos com os quais tínhamos escolhido de viver e lutar. Aqui é uma obrigação afirmar que a primeira disciplina científica colocada a serviço da organização dos povos indígenas brasileiros foi justamente ela, a Linguística. Antes de ser expulsa da missão, manualmente eu tinha confeccionado os quatro opúsculos utilizados nas aulas de alfabetização. Em agosto de 1981, já tinha sistematizado a *Gramática pedagógica da língua yānomamè*, cujos primeiros exemplares foram mimeografados em Boa Vista e logo divulgados entre linguistas e indigenistas.

Em relação ao meu relato, o grupo dos participantes do encontro fez as seguintes recomendações.

- a) Procurar alianças dentro das entidades que trabalhavam com os yanomami e dentro dos grupos de apoio.
- b) Sistematizar o material existente com ajuda de assessoria linguística.
- c) Guardar a experiência e o material elaborado até que a escola fosse formalizada a partir de uma exigência surgida entre os indigenas.
- d) Aprofundar os conhecimentos linguísticos, pedagógicos e antropológicos, para me capacitar a continuar o trabalho educacional, numa visão cada vez mais ampla de Educação Global e do Povo Yanomami.

- e) Incentivar outras formas de conscientização (por exemplo: comunicação na língua, politização), dando menos ênfase à alfabetização, porém sem abandonar o projeto, pois a experiência era muito válida, constituindo-se em base indispensável de onde partir quando a escola fosse formalizada.
- f) Inicialmente ir morar numa das malocas, para poder chegar a dominar a língua, desenvolvendo ao mesmo tempo um trabalho de Educação Global. A maloca, num segundo momento, funcionaria como base de irradiação da atividade para atingir outras aldeias. Poderia ser escolhida uma das malocas mais afetadas pelo processo de aculturação.

Minha experiência está detalhadamente registrada no capítulo “Yanomami” do livro *A conquista da Escrita – Encontros de Educação Indígena*, da organização do qual falarei mais adiante.

Depois do encontro viajei mesmo para a Itália, não apenas para me refazer psicológica e emocionalmente, mas, sobretudo, para me colocar em condição de sistematizar os dados levantados durante a permanência entre os yanomami. Reuni, organizando-os, os quatro opúsculos utilizados na alfabetização, os quais compuseram a *Cartilha yānomamè*. O livro *Leituras yanomamè* foi realizado juntando os seguintes materiais: frases tiradas das pesquisas linguísticas, pequenos contos e desenhos colhidos durante as aulas de alfabetização, depoimentos de líderes, relatos mitológicos com imagens que os ilustram, mapas, histórico dos deslocamentos dos grupos locais yanomami, fotos. Também transformei fichas com anotações de várias natureza no subsídio *Em preparação a um dicionário yāmomamè-brasileiro*. Na região Marche, na cidade de Fermo, contando com a ajuda de grupos de apoio às missões, eu reproduzi e encadernei os primeiros exemplares desses materiais; como para mim compartilhar conhecimentos sempre foi uma exigência interior, pelo correio enviei cópias para órgãos, bibliotecas, linguistas e indigenistas brasileiros, com isso também preparando minha volta ao País.

O II Encontro de Educação Indígena foi realizado em Fátima de São Lourenço (MT), de 01 a 07 de fevereiro de 1984. A partir desse evento, com base no trabalho *Em preparação a um dicionário yāmomamè-brasileiro*, Ruth começou a me orientar para eu chegar à versão definitiva daquilo que se tornaria o *Dicionário Yānomamè-Português*, passando a me hospedar algumas vezes no seu apartamento no Rio de Janeiro. O convívio com ela e seu gentil esposo, o doutor José Monserrat Filho, era marcado pela simpatia e generosidade dos dois. O doutor José era o editor do Jornal da Ciência Hoje, do qual eu era assinante por veicular também notícias referentes aos povos indígenas. Durante aquelas estadias, algumas vezes

eu subi no bondinho amarelo do bairro Santa Teresa: e Bonde foi o nome do Grupo de Trabalho criado por Ruth e Beth para fomentar a reflexão em torno da educação indígena, grupo que logo fui chamada a integrar. Minha presença nos dois encontros da OPAN fez com que eu conhecesse outros povos indígenas e suas organizações, os indigenistas que com eles viviam, os dedicados especialistas que os assessoravam de dentro das universidades brasileiras, além de uma vasta gama de entidades e pessoas que os apoiavam em suas lutas e reivindicações.

Acabado o segundo encontro da OPAN, eu fui para São Paulo onde permaneci até abril de 1984 trabalhando como arquivista no CEDI, experiência que também me propiciou o conhecimento de entidades aliadas dos indígenas e pessoas especiais que se tornaram amigas. Consolidada a colaboração com a OPAN e o CEDI, adquirida uma visão ampla de educação, eu voltei para Roraima. Chegando em Boa Vista, descobri que a SEC – Secretaria de Educação e Cultura do Estado era chefiada por uma irmã da Consolata. Como a conhecia, fui conversar com ela, que logo determinou que eu fosse contratada como Experta em Educação e Temáticas Indígenas, papel que desempenhei de julho de 1984 até setembro de 1986. Através da SEC consegui autorização da FUNAI, na época Fundação Nacional do Índio, para viajar para toda a área yanomami. Assim, quando de estadias no Ajarani e no Demini, de alguma forma eu pude dar continuidade às experiências de alfabetização de adultos começadas no Catrimâni. A amizade profunda que se criou entre mim, uma funcionária da SEC e uma antropóloga da FUNAI, em julho de 1984 nos deu a coragem de virarmos sócio fundadoras da CPI/RR – Comissão Pró-Índio de Roraima, cuja atividades fizeram com que setores organizados da sociedade civil começassem a se preocupar e se manifestar em favor da vida e dos direitos dos indígenas de Roraima.

O intenso trabalho de conscientização nos colocou também em condição de determinar quais funcionários da SEC fossem aliados dos indígenas, ou podiam se tornar. No dia 17 de setembro de 1985 em todo o Brasil ocorreu o Dia D – Debate Nacional sobre Educação/Escola, cujo tema era “Que escola temos? Que escola queremos?”. Dentro da SEC tinha se formado uma comissão para preparar o evento e sua primeira constatação foi que devia-se distinguir entre área urbana, rural e indígena. A equipe encarregada da área indígena visitou algumas malocas, onde participou de reuniões com professores, tuxauas e comunidades. Essa aproximação à realidade possibilitou um envolvimento e uma empatia relevantes dos técnicos da SEC para com os indígenas e sua situação. Realizado em Boa Vista, do debate participaram quarenta e oito malocas representadas por tuxauas cujos secretários eram os professores. Os indígenas organizaram-se por áreas e escolheram dezessete relatores. Clareza de pensamento, firmeza,

união nos objetivos caracterizaram seus depoimentos. Pela primeira vez os brancos presentes e a própria Secretaria ouviram tantas verdades, até nas línguas Macuxi e Wapichana. Pela primeira vez os indígenas podiam manifestar seu pensamento e fazer suas reivindicações. Não há duvidas que o Dia D representa o marco da mudança de rumos na educação escolar indígena em Roraima, pois o evento possibilitou a reflexão crítica em torno do tema por parte dos indígenas, que passaram a se organizar exigindo uma educação voltada para as especificidades culturais e a realidade de seus povos. As reivindicações indígenas levaram a SEC a criar, no começo de 1986, o NEI – Núcleo de Educação Indígena, que foi um dos primeiros a ser estruturados no Brasil dentro de um órgão público.

Aos meados dos anos 1980 começaram a ser realizados encontros e cursos regionais para professores indígenas e indivíduos que queriam se tornar professores. Reivindicados pelas comunidades, estes eventos eram incentivados e assessorados por organizações de apoio aos índios e por grupos especializados existentes dentro das universidades. A finalidade era a formação política e profissional dos professores, de maneira que se capacitassem para pensar e administrar suas escolas. Até então, da “educação para o índio” Igreja e Estado tinham se servido para evangelizar e aculturar as etnias brasileiras; os indígenas e seus aliados decidiram que estava na hora de transformá-la em “educação indígena”, onde tudo fosse realmente indígena: conteúdos, métodos, calendários, professores, diretores. Começaram a ser produzidos materiais didáticos que muito diferem uesta coscienza critica però non può bloccarci al punto di non farci assumere l'impegno ad agire criticamente sulla realtà di contatti storici daqueles até então utilizados: são verdadeiras obras-primas de arte indígena, são sínteses etnológicas de grande realismo e força comunicativa, são fontes de informações etnográficas que deixam aflorar cosmovisões indígenas; além do mais, englobam propostas pedagógicas que visam à autonomia linguística, cultural, política das sociedades indígenas. A escola, pensada e administrada pelos indígenas, foi se tornando lugar privilegiado onde se organizar para lutar contra os mecanismos de absorvimento da sociedade nacional, para defender territórios e direitos, para formar uma consciência crítica em relação a tudo aquilo que a sociedade envolvente propunha. Sintetizando, finalidade da escola indígena em construção foi redescobrir e afirmar identidades étnicas e reivindicar direitos. Os professores colaboravam ativamente com os líderes de suas comunidades, que eram brilhantes oradores, porém analfabetos; se tornaram, então, seus secretários escrevendo documentos, denúncias, reclamações, relatórios, sugestões, participando eles mesmos das lutas que com tanta coragem e determinação os anciões estavam enfrentando para a demarcação dos

territórios. As reivindicações dos líderes, bem como os documentos finais produzidos durante os cursos e encontros dos professores, seriam levados em consideração durante os trabalhos da Constituinte.

O III Encontro de Educação Indígena da OPAN ocorreu em Fátima de São Lourenço (MT), de 16 a 22 de janeiro de 1986. Nesta época, a recíproca estima e colaboração já tinham transformado a amizade entre mim e a Ruth em sólida colaboração. O encontro de educação foi seguido, de 24 a 26 de janeiro, pelo Simpósio Ação Indigenista como Ação Política. De 21 a 22 de fevereiro de 1986 participamos do I Encontro do Grupo de Estudos sobre Educação Indígena que foi realizado em São Paulo pela UNI – União das Nações Indígenas e pelo CIMI – Conselho Indigenista Missionário. A reflexão e o confronto com entidades e pessoas tão competentes e comprometidas me ajudaram a entender que urgente, improcrastinável, era o estudo e a divulgação da legislação vigente a fim de repensá-la para que houvesse avanços através de novas propostas pedagógicas. Também era indispensável uma maior articulação entre todos os que, de várias maneiras, trabalhavam com a educação indígena. A partir dessas constatações passei a me especializar na Legislação da Educação Escolar Indígena, a intermediar contatos e colaborações, a divulgar leis, informações, subsídios. De 01 a 17 de junho de 1987 participei de mais um Curso de Linguística, desta vez ministrado em Boa Vista pela doutora Bruna Franchetto, do Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, que assessorava os professores Wapichana. O meu *Dicionário Yñomamè-Português* foi publicado em 1987 em São Paulo, contando com a produção editorial do CEDI. Ao receber seu exemplar, Ruth escreveu: “Teu dicionário, assim como os demais trabalhos teus, são prova da tua garra, da tua dedicação e do teu amor pelo ‘mundo de homem’ yanomami. Acho maravilhoso isso tudo. Não es linguista (ainda), mas quem disse que se precisa sê-lo para fazer as coisas?”

O IV Encontro de Educação Indígena da OPAN foi realizado em Cuiabá de 13 a 18 de janeiro de 1988; encontro esse que pode ser definido “internacional”, pois contou com a presença da italiana dona Ada, minha mãe, que voltava ao Brasil para passar uma temporada comigo; com a sua curiosidade e disposição conquistou os meus amigos, que se tornaram todos amigos dela também. Numa foto publicada no livro *A conquista da escrita – Encontros de educação indígena* ela aparece enquanto acompanha as discussões, ao mesmo tempo trabalhando com crochê. Durante o IV Encontro foi estabelecido que eu e a Ruth organizaríamos os relatórios e os materiais produzidos até então transformando-os em livro. De fevereiro a agosto de 1989 trabalhei como ajudante de arquivista no CIMI Nacional em Brasília. A decisão de morar um tempo no Distrito Federal derivou da determinação de encaminhar um novo pedido de naturalização; pedido que a primeira vez

não foi atendido provavelmente porque procedente de Roraima, estado de fronteira com forte presença indígena; Estado onde os aliados das etnias locais eram vistos como espiões à mando de Países estrangeiros e corriam o risco de serem expulsos, coisa que eu temia mais que a morte. De 19 a 23 de junho de 1989, como docente, ministrei a disciplina Noções de Educação Indígena, do Curso de Indigenismo organizado pela OPAN, na própria sede em Cuiabá. Naturalmente, também a Ruth e a Beth estavam lá. A organização do livro sobre os encontros de educação exigiu que eu e Ruth trabalhássemos juntas em várias ocasiões, desta vez em Brasília onde ela se estabeleceu por um tempo. Lembro que, aproveitando uma viagem à Europa, ela decidiu visitar dona Ada na Itália. Enquanto as duas se divertiam na recíproca companhia, eu trabalhava duro no apartamento da Ruth, com o coração alegre pois a sensibilidade dela em visitar minha mãe se tornou um grande presente feito a mim mesma. Além da organização, eu pessoalmente cuidei das revisões tipográficas, acompanhamento da impressão, divulgação de *A conquista da escrita - Encontros de educação indígena*, que ficou pronto em 1989.

O livro é o registro minucioso das primeiras práticas educacionais desenvolvidas no decorrer de dez anos junto a quinze povos indígenas no Brasil, e da reflexão séria e sofrida delas brotada. A obra se tornou pedra angular para quem, daí para frente, se aproximou da educação indígena; sendo que, na atualidade, continua sendo uma leitura obrigatória. De todos os capítulos sobressai uma atitude preciosa que eu chamo de “encarnação”, termo muito usado, na época, pelos indigenistas que moravam em aldeias compartilhando suas existências com os indígenas. Uma profunda escuta caracterizava a participação desses indigenistas à vida comunitária; escuta que os predispunha a tomar decisões ponderadas frente à complexidade da situação. Depois de quinhentos anos de massacre cultural, mais que urgente era fazer com que os indígenas construíssem suas relações com a sociedade nacional a partir de posições de igualdade. Portanto, era necessário provar que tinham sua história, língua, cultura e, sobretudo, direito à sobrevivência física e cultural. Na maioria dos casos, os indigenistas não tinham uma formação acadêmica específica, porém a convivência com os povos indígenas operou o prodígio de transformá-los em pesquisadores. O primeiro passo era a coleta de documentos e publicações históricas, linguísticas, etnográficas relativas à etnia com a qual tinham escolhido de viver e lutar. Convencidos do fato que só o acúmulo dos conhecimentos teria feito avançar as propostas político-pedagógicas a serem desenvolvidas, os indigenistas se transformaram em antropólogos, linguistas, historiadores, pedagogos; sistematicamente, recolheram as informações orais transmitidas pelos indígenas; orientados por especialistas das várias áreas, as transformaram

em gramáticas, dicionários, cartilhas, livros de leitura, textos etnográficos, subsídios. Os primeiros beneficiários dessa safra literária foram os próprios indígenas: homenageando seus mundos culturais, os materiais os estimularam a tomar consciência de sua diversidade étnica e assumi-la para reivindicar direitos. Ao mesmo tempo a produção serviu para sensibilizar os brancos, que se viram jogadas na cara as provas escritas, científicas, irrefutáveis, dos valores culturais presentes em qualquer sociedade, também nas minoritárias; isso deixava claro que não existem culturas superiores e outras inferiores, sendo apenas diferentes. Outra finalidade da produção literária foi aquela de fornecer subsídios às pessoas desprovidas de formação adequada para que se aproximassesem, de maneira mais respeitosa e competente, às sociedades indígenas com as quais trabalhavam ou viriam a trabalhar.

De outubro de 1986 a maio de 1990 colaborei intensamente com a CPI/RR, o CIMI Nacional, a OPAN. As atividades mais relevantes desenvolvidas nessa época foram o estudo da legislação relativa aos povos indígenas e a entrega dos documentos com reivindicações indígenas aos deputados e senadores sensíveis à problemática. Com a finalidade de elaborar uma constituição democrática após vinte e um ano sob cruento regime militar, em 1º de fevereiro de 1987 foi instalada a Assembleia Nacional Constituinte, da qual os povos indígenas participaram ativa, criativamente e até fisicamente. Promulgada no dia 5 de outubro de 1988, a nova Constituição da República Federativa do Brasil dedica aos povos indígenas dois artigos de importância vital.

Capítulo VIII, “Dos Índios”, Artigo 231:

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Capítulo III, “Da Educação, da Cultura e Do Desporto”, Artigo 210, Parágrafo 2:

O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

A introdução na Constituição dos dispositivos favoráveis aos povos originários foi uma grande vitória do movimento indígena e indigenista; vitória que marca a mudança de rumos no trato da educação por parte do Estado: se reconhecendo multiétnico, ele deixa de querer assimilar, aculturar as sociedades minoritárias. Após a promulgação, os indígenas começaram a participar da discussão e elaboração das novas leis visando incluir disposições que consolidassem os princípios enunciados na Constituição.

Decreto Nº 26 de 04-02-1991.

O decreto retira da FUNAI, e atribui ao Ministério da Educação, a competência para coordenar as ações referentes à educação escolar indígena, visando fazer com que a mesma deixe de ser fruto de ações paternalistas, ocasionais, isoladas, empíricas; e deixe também de receber as interferências das Missões-de-fé (igrejas fundamentalistas norte-americanas com as quais a FUNAI assinava convênios, transferindo-lhes o papel de cuidar da educação escolar indígena, que é uma obrigação do Estado).

Portaria Interministerial Nº 559 de 16-04-1991.

A portaria define princípios e detalha ações abordando, no Artigo 7, questões fundamentais:

Parágrafo 1 – “Nesse sentido deverão ser mantidos e executados programas permanentes de formação, capacitação e especialização de recursos humanos para atuação junto às comunidades indígenas.”

Parágrafo 2 – “É garantido, preferencialmente, o acesso do professor índio a esses programas permanentes.”

Portaria Nº 60 de 08-07-1992.

Com essa portaria o Ministério da Educação criou o Comitê de Educação Escolar Indígena.

O Comitê é uma instância interinstitucional que define diretrizes, e que tem caráter consultivo, normativo e supervisor da educação escolar indígena no país, tanto no que se refere às propostas de educação quanto ao destino das verbas disponíveis.

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

A proposta de lei que foi aprovada na Câmara dos Deputados aos 13 de maio de 1993 continha um capítulo, o número XV, destinado à “Educação para Comunidades Indígenas”. O Parágrafo 2 do Artigo 82 consagrava a preocupação do Estado em “manter programas de formação de recursos humanos especializados, destinados à educação escolar nas comunidades indígenas, garantindo, preferencialmente, ao índio, o acesso aos mesmos”.

Aos 20 de dezembro de 1996 o Congresso Nacional decretou a lei e o Presidente da República a sancionou. Os Artigos e Parágrafos referentes à “oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas” estão incluídos no Título VIII.

De junho 1990 a outubro de 1991 organizei e coordenei o Setor de Educação do CIMI Nacional. As bases da entidade tinham chegado à

conclusão que, naquele específico momento histórico, para beneficiar os povos indígenas era estratégico investir na educação. Assim, reivindicaram que fosse criado o Setor de Educação e indicaram meu nome para concretizar a proposta. A experiência foi rica e marcante. Como docente participei de encontros e cursos de formação para professores indígenas de várias etnias, entre as quais Kulina, Xavante, Guarani-Kaiowá, Kaingang. Do encontro em área Xavante participaram também professores Bororo, Tapirapé, Mýky, Rikbactsa. Minhas aulas, naturalmente, eram sobre Legislação da Educação Escolar Indígena. Acompanhei de perto a elaboração da LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tendo a imensa alegria (e emoção) de entregar pessoalmente os documentos finais dos encontros e cursos de professores indígenas ao deputado Florestan Fernandes e ao senador Darcy Ribeiro. Participei do Grupo de Trabalho criado pelo Ministério da Educação para definir a Política Nacional de Educação Escolar Indígena. Cuidei das articulações com instituições e pesquisadores envolvidos com a educação indígena, com deputados e senadores sensíveis à questão indígena. Produzi artigos, boletins, subsídios.

De 04 a 06 de dezembro de 1990 ocorreu o Seminário sobre Direitos dos Índios, organizado pela Procuradoria Geral da República; o título da minha intervenção foi Direitos Sociais – Educação. De 24 a 26 de junho de 1991, o MARI – Grupo de Educação Indígena da Universidade de São Paulo organizou o Seminário de Estudos sobre Educação Escolar Indígena. Lá estávamos eu, Ruth, Beth e a antropóloga Marta Maria Azevedo, que tinha se juntado ao nosso grupinho de amigas apaixonadas pela educação indígena. Como coordenadora do Setor de Educação do CIMI Nacional fui contatada pela Comissão de Educação do Senado Federal, que estava organizando o simpósio “Educação: o desafio do ano 2000”. O evento aconteceria de 29 de maio a 19 de junho de 1991 na Ala Nilo Coelho, Sala 2, do Senado. Pediram que eu indicasse um especialista para uma conferência sobre Educação Indígena. Na hora, instintivamente, respondi que a pessoa abalizada para tanto só podia ser um indígena. Vencida a reticência de algumas mulheres brancas que assessoravam o CIMI, as quais supunham que a conferência seria proferida por uma delas, eu indiquei o professor Euclides Pereira, de etnia Macuxi. Minha escolha foi determinada pelas considerações que seguem: a participação dele nos encontros de professores da região amazônica tinham contribuído a formá-lo politicamente; era um dos fundadores da OPIR – Organização dos Professores Indígenas de Roraima; o domínio do português o tornava um brilhante orador. No dia 11 de junho de 1991 o professor Euclides falou aos Senadores da República Federativa do Brasil e ao público presente. O evento é um dos tantos que contribuíram a transformar a “educação para o índio” em “educação indígena”. A experiência do Setor

de Educação estava indo muito bem, os resultados eram promissores, as perspectivas eram luminosas; na época o CIMI era coordenado por bem dos secretários-executivos, os quais, diabolicamente, decidiram que o Setor de Educação devia ser desmantelado. Também desta vez eu fiquei sabendo de um dia para o outro, quando a decisão já tinha sido tomada.

Voltei para Boa Vista onde, de junho de 1992 a dezembro de 1993, operei como Assessora para Educação e Temáticas Indígenas da SECD – Secretaria de Educação, Cultura e Desporto. De 04 a 07 de agosto de 1992, através do NEI, realizamos o I Seminário Internacional de Educação Indígena. Participando como docente, organizei encontros e cursos de formação para professores das etnias presentes no Estado. Investi na sensibilização e formação de técnicos e funcionários públicos, alimentando a certeza que se tornariam aliados dos indígenas. Coordenei o Grupo de Trabalho que idealizou a proposta de criação de uma escola específica e diferenciada para a formação dos professores indígenas de Roraima. Eu escrevi a versão final da proposta intitulada “Magistério Indígena – Proposta de Implantação de Curso de Habilitação ao Magistério em Nível de 2º Grau para Professores Indígenas em Roraima”. Submetida ao Conselho Estadual de Educação, a proposta foi aprovada por unanimidade em novembro de 1993. O curso, específico, diferenciado e público, foi o primeiro a ser implantado no Brasil. Suas finalidades eram: a médio prazo oferecer uma formação específica e qualificada e regularizar a posição dos ditos “regentes”, jovens que trabalhavam como voluntários nas escolas sem receber nenhuma ajuda econômica; a longo prazo o Magistério, e outros cursos profissionalizantes, contribuiriam para que os jovens não deixassem suas malocas, tendo aí a oportunidade de desenvolver trabalhos interessantes e remunerados. De 07 a 11 de dezembro de 1993, participei em Belém do Seminário Nacional de Educação Indígena promovido pelo Ministério da Educação e Universidade Federal do Pará.

Levando em consideração a indicação feita por funcionários da Secretaria e professores indígenas, em janeiro de 1992 o então secretário da SECD, professor Aldo Gomes da Costa, tinha nomeado diretor do NEI Clides Pereira Macuxi. Com chefia e equipe indígena, era aquele o momento certo para o Núcleo fincar raízes profundas e avançar soberbamente na construção de uma educação escolar que fosse verdadeiramente indígena, sólida, de qualidade, tornando sólido e de qualidade o ensino básico nas escolas indígenas do Estado. Porém, os funcionários que se sucederam no Núcleo foram todos se matricularem na Universidade Federal de Roraima. A frequência às aulas e o compromisso com o estudo acabaram tirando tempo e energias às atividades que poderiam ter sido desenvolvidas pelo NEI. Finalizada a obtenção de títulos e *status* individuais, eu questionei a atitude dos integrantes do Núcleo que, naturalmente, passaram a me hostilizar.

A traição dos indígenas me fez adoecer, assim que de novo viajei à Itália para me refazer psicológica e emocionalmente. Fiquei por lá vários anos, cuidando de mim e de minha mãe; repensando e sistematizando a experiência vivida; escrevendo vários livros em italiano, todos eles direta ou indiretamente relacionados com os indígenas brasileiros. Em 2013 me inscrevi no Facebook, reestabelecendo o contato e o diálogo com os indígenas e seus aliados. Logo em seguida comecei a digitalizar toda a minha produção a fim de que qualquer pessoa interessada pudesse baixar de graça as versões pdf. Um dos primeiros trabalhos digitalizados foi o *Dicionário Yānomamè-Português*, que durante muitos anos foi a única obra do gênero circulando no Brasil, pois os oitocentos exemplares imprimidos em 1987 tinham se esgotado rapidamente. No dia 12 de julho de 2014 postei, na página Facebook da Secoya – Associação de Serviço e Cooperação com o Povo Yanomami, a versão pdf do dicionário. Como eu nasci na época pré-informática, nada fácil foi organizar aquela versão e o *post* passou despercebido. No dia 15 de julho de 2017, a ciência operou o milagre de ressuscitar o *post* que, em dez dias, foi compartilhado por 2.310 pessoas, gerando uma chuva de comentários, apreciações, considerações sobre a importância e validade que a obra tem para os yanomami e seus aliados, para os linguistas e indigenistas em geral. No dia 20 de julho de 2020, a ciência operou um novo milagre. O *post* voltou a circular e a ser compartilhado, e o pdf baixado por muitas pessoas. Embora acontecendo de maneira virtual, a segunda e terceira vida do dicionário me trouxeram muita alegria, deixando claro que o grande esforço que sua elaboração exigiu de mim valeu mesmo a pena.

Momentos de grande satisfação eu vivi em algumas outras circunstâncias: quando o linguista Aryon Dall'Igna Rodrigues incluiu a *Gramática pedagógica da língua yānomamè* na bibliografia do livro *Línguas Brasileiras – Para o conhecimento das línguas indígenas*; quando o linguista Raoul Zamponi, mais de uma vez, tentou me convencer a organizar uma nova versão do *Dicionário Yānomamè-Português*; quando o linguista Henri Ramirez elogiou a qualidade do meu dicionário. Por ter escrito um texto fundamental para o meu envolvimento com a educação escolar indígena, sinto a obrigação moral de fechar este texto lembrando um dos primeiros escritores indígenas brasileiros contemporâneos, Daniel Matenho Cabixi de etnia Pareci; *A questão indígena* é o título do seu ensaio, que foi publicado em Cuiabá em 1984 pelo CDTI – Centro de Documentação Terra e Índio. Em março de 1993 Daniel Cabixi foi chamado a fazer parte do Comitê de Educação Escolar Indígena do Ministério da Educação, representando os indígenas da região Centro-Oeste; quando participei do Seminário Nacional de Educação Indígena em Belém, eu tive a alegria de conhecê-

lo pessoalmente. Um dos princípios norteadores do pensamento de Paulo Freire é “fazer o impossível dentro de situações possíveis”. Em cada época histórica, dentro de cada instituição através da qual eu trabalhei, com todos os meios dos quais dispunha, eu fiz o impossível para melhorar a vida dos indígenas brasileiros, especialmente dos Yanomami: provavelmente é nada aquilo que tentei fazer, mas o que eles fizeram para mim foi dar sentido à minha vida.

Referências

- Emiri, Loretta. 1981. *Gramática pedagógica da língua yãnomamè*. Boa Vista: Missão Catrimâni.
- Emiri, Loretta. 1982. *Notas sobre os grupos locais yanomami da bacia do médio rio Catrimâni*. Monte Urano (Itália): Missão Catrimâni.
- Emiri, Loretta. 1982. *Cartilha yãnomamè*. Monte Urano (Itália): Missão Catrimâni.
- Emiri, Loretta. 1982. *Leituras yãnomamè*. Monte Urano (Itália): Missão Catrimâni.
- Emiri, Loretta. 1983. *Em preparação a um dicionário yãnomamè-brasileiro*. Monte Urano (Itália): edição da autora.
- Emiri, Loretta. 1985. *Yanomami do Catrimâni: repensando uma experiência de alfabetização de adultos na língua materna*. Boa Vista:DEF-DAC-SEC/RR.
- Emiri, Loretta. 1987. *Dicionário yãnomamè-português*. São Paulo: CPI/RR.
- Emiri, Loretta. 1987. *Línguas indígenas em Roraima - Levantamento bibliográfico*. Boa Vista CPI/RR.
- Emiri, Loretta. 1989. “Yanomami”. In: Emiri, Loretta; Monserrat, Ruth (org.). *A conquista da escrita - Encontros de educação indígena*. São Paulo: OPAN/ Iluminuras.
- EMIRI, Loretta; Monserrat, Ruth (org.). 1989. *A conquista da escrita – Encontros de educação indígena*. São Paulo: OPAN/Iluminuras.
- Emiri, Loretta. 1990. *Educação e organização indígena em Roraima - I Encontro de professores indígenas de Roraima*. Boa Vista: CPI/RR.
- Emiri, Loretta. 1990. Direitos sociais – Educação, apresentado no *Seminário sobre Direitos dos Índios*, Procuradoria Geral da República, Brasília, 04-06/12/1990.
- Emiri, Loretta. 1991. *A mobilização dos professores indígenas brasileiros e a LDB*. Boa Vista: CPI/RR.

- Emiri, Loretta. 1992. *Alguns dados sobre as línguas e os povos indígenas em Roraima*. Boa Vista: DE- SECD/RR.
- Emiri, Loretta. 1992. Legislação da educação escolar indígena, DE-SECD/ RR, apresentado no I Seminário Internacional de Educação Indígena, Boa Vista, 04/07-08-92.
- Emiri, Loretta. 1992. *O Núcleo de Educação Indígena de Roraima e a conjuntura nacional da educação escolar indígena*. Boa Vista: DE-SECD/ RR.
- Emiri, Loretta. 1993. *Regimento piloto para as escolas indígenas* (org.). Boa Vista: NEI-SECD/RR.
- Emiri, Loretta. 1993. *Concurso diferenciado para professores indígenas em Roraima*. Boa Vista: NEI-SECD/RR.
- Emiri, Loretta. 1993. *Voando alto em Roraima - Histórico do NEI da SECD/ RR*. Boa Vista: NEI-SECD/RR,
- Emiri, Loretta. 1993. *Magistério indígena - Proposta de implantação de curso de habilitação ao magistério em nível de 2º Grau para professores indígenas em Roraima* (org.). Boa Vista: NEI-EFP-CEFAM-SECD/RR.
- Emiri, Loretta. 1996. “Escola indígena: federal, estadual ou municipal? Este é o problema”. In: *Educação indígena na Amazônia: experiências e perspectivas*. Belém: UNAMAZ/OEA/UFPA, pp.127-152.
- Emiri, Loretta. 1996. Yanomami alla conquista della scrittura, presentato al XVIII Convegno Internazionale di Americanistica, Perugia, 10/12-05-96. In *Heteroglossia*, Università degli Studi di Macerata.
- Emiri, Loretta. 2004. *Parir educación indígena*. In: Flórez, Mercedes Arriaga. *Sin carne* (a cura di). Università di Siviglia.
- Emiri, Loretta. “Partorire educazione indigena”, in *Sagarana*, n. 35, 04-09.
- Emiri, Loretta (editor). *Boletim da CPI/RR*, Boa Vista, n. 1, jul., 1988.
- Emiri, Loretta (editor). *Boletim da CPI/RR*, Boa Vista, n. 2, jul., 1988.
- Emiri, Loretta (editor). *Boletim da CPI/RR*, Boa Vista, n. 3, ago., 1988.
- Emiri, Loretta (editor). *Boletim da CPI/RR*, Boa Vista, n. 4, set., 1988.
- Emiri, Loretta (editor). *Boletim da CPI/RR*, Boa Vista, n. 5, jan., 1989.
- Emiri, Loretta (editor). *Boletim da CPI/RR*, Boa Vista, n. 6, fev., 1989.
- Emiri, Loretta (editor). *Boletim da CPI/RR*, Boa Vista, n. 7, abr., 1989.
- Emiri, Loretta (editor). *Boletim da CPI/RR*, Boa Vista, n. 8, maio, 1989.
- Emiri, Loretta (editor). *Boletim da CPI/RR*, Boa Vista, n. 9, out., 1989.

- Emiri, Loretta (editor). *Boletim da CPI/RR, Boa Vista*, n. 10, nov., 1989.
- Emiri, Loretta (editor). *Boletim da CPI/RR, Brasília*, n. 11, fev., 1990.
- Emiri, Loretta (editor). *Boletim de educação indígena do Grupo de Trabalho BONDE*, CPI/RR, Brasília, n. 3, dez., 1989.,
- Emiri, Loretta (editor). *Boletim do Setor de Educação do CIMI*, SE-CIMI, Brasília, n. 1, set., 1990.
- Emiri, Loretta (editor). *Boletim do Setor de Educação do CIMI*, SE-CIMI, Brasília, n. 2, fev., 1991.
- Emiri, Loretta (editor). *Wayãmu - Boletim informativo do Núcleo de Educação Indígena*, NEI-SECD/RR, Boa Vista, n. 1, set., 1992.
- Emiri, Loretta (editor). *Wayãmu - Boletim informativo do Núcleo de Educação Indígena*, NEI-SECD/RR, Boa Vista, n. 2, mar., 1993.
- Emiri, Loretta (editor). *Wayãmu - Boletim informativo do Núcleo de Educação Indígena*, NEI-SECD/RR, Boa Vista, n. 3, jul., 1993.
- Emiri, Loretta (editor). *Wayãmu - Boletim de educação indígena*, AAI-DE-SECD/RR, Boa Vista, n. 4, fev., 1994).